

9. RETORNO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Miguel Monteiro (1996),
Migrantes, Emigrantes e Brasileiros,
Territórios, itinerários e trajetórias,
Braga, Universidade do Minho

Para designar globalmente o fenómeno de deslocação de indivíduos de uma região para outra, (excluindo o fluxo normal das pessoas num quadro de deslocações próprias das sociedades modernas e dos respectivos condicionamentos, que impõem deslocações, sem que haja cortes e rupturas com o contexto doméstico e social), utilizamos três conceitos diferentes: a migração, como a deslocação de pessoas dentro do território nacional; a emigração, como a saída de população para nações ou territórios geograficamente distantes; a imigração como o movimento de entrada de população no país. No primeiro caso, o período de ausência era curto e, no segundo, a ausência ocorria durante um tempo longo, podendo mesmo ser definitiva.

Para John A. Jackson, as migrações podem encarar-se sob três aspectos: em primeiro lugar como um movimento de proporções consideráveis, ou seja, da existência de um fenómeno com efeitos demográficos e que resultam da movimentação de indivíduos por fronteiras administrativas definidas; em segundo lugar, como um fenómeno demarcado no tempo, isto é, que apresente uma certa duração, não podendo, por isso, ser casual ou temporário.

Por último, envolve por imperativo uma transição social e uma «mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico quer social».⁸⁸

O retorno, segundo Miriam H. Pereira, associa-se à construção de fortuna, da qual surgiu o mito do enriquecimento rápido, resultante de uma sociedade altamente hierarquizada e com pouca mobilidade social. Retornar à terra de origem é assim uma forma de promoção social.⁸⁹

⁸⁸ Jackson, John A., Migrações, Lisboa, Escher, 1986, pp.5-6

⁸⁹ Pereira, Miriam Halpern, A política portuguesa da emigração 1850-1930, Lisboa, Regras do Jogo, 1981, p.29

Depois de abordarmos a existência de condicionalismos económicos, sociais e familiares subjacentes às saídas de população do concelho de Fafe, o retorno parece decorrer também do acontecido durante a experiência migratória.

Contudo, parece haver uma relação directa entre as expectativas pessoais, familiares e sociais motivadoras do sucesso e do retorno, o que, em parte, é dito por Miriam H. Pereira: «o português partia para enriquecer e o seu fracasso era atribuído por ele próprio e pelos seus conterrâneos à sua própria incapacidade, e não a uma modificação do seu estatuto social do português no Brasil»⁹⁰.

Tendo em conta que a "sociedade portuguesa era altamente hierarquizada", antes das expectativas dos conterrâneos estavam as familiares, condicionadas pelos respectivos estatutos sociais e simbólicos do grupo doméstico e da comunidade particular donde era proveniente. Assim, o não retorno por insucesso não é penalizante, para os que não tinham papéis sociais importantes a defender na sociedade de onde eram provenientes. Pelo contrário, os bem posicionados socialmente na comunidade de origem, reconhecendo como incapacidade o não cumprimento das elevadas expectativas da família e da comunidade, optam pelo não retorno, encobrendo a ausência de fortuna.

Por outro lado, o retorno e a sua afirmação através da construção de uma casa tipo, não é mais do que uma estratégia de reprodução social e a demonstração da capacidade das famílias em se reposicionarem em tempos de transformação global da sociedade.

Na nossa pesquisa, descobrimos que todos os emigrantes no Brasil eram tidos pelos locais não emigrados, familiares ou não, como estando aí muito ricos, mesmo que não houvesse evidências do facto. Estas e outras mensagens de estado de sucesso e riqueza eram trazidas pelos que periodicamente vinham do Brasil, em viagem à terra. Só após a morte do emigrante, era tornada pública a verdadeira situação económica do emigrante, e publicamente assumida pela não herança de bens, em que era suposto ver-se os seus efeitos.

O insucesso, como dissemos, é fortemente penalizante para os que integram grupos domésticos com elevada representação simbólica do estatuto social. Por isso, Álvaro Monteiro e João A. Freitas, dois dos mais destacados "Brasileiros" de Fafe, tendo em conta os quadros familiares que integravam, visíveis ainda pelas dimensões das casas urbanas aqui construídas, suicidam-se respectivamente em 1915 e 1917.

Para estes, depois de uma carreira de sucesso comercial no Brasil, a falência constituiu uma carga de tal modo desprestigiante que só o suicídio pôde honrar o nome da família e do quadro familiar onde se situa.

Como já referimos, o retorno decorria de uma forte ligação do emigrante às famílias e ao território de origem, sendo a casa do «Brasileiro» a reafirmação de estatuto anterior, naturalmente sobredimensionado, face aos desníveis que a importação de capitais permitia, comparativamente aos naturais. Esta circunstância foi considerada como ascensão social de emigrantes pobres que retornaram ricos. Consideramos, no entanto, que o retorno, pelas formas de representação social e simbólica, constituiu uma nova postura social dos descendentes de uma elite de proprietários rurais, apreciadores das imagens urbanas de tipo burguês.

Nas gerações seguintes, observam-se estratégias diferenciadas na reprodução do estatuto, cuja eficiência decorreu do sucesso ou insucesso dos investimentos feitos em tempo de retorno, pelos posicionamentos políticos, pela escolarização dos filhos, pelas estratégias e alianças matrimoniais, ou pelo lugar geográfico de instalação em tempo de retorno definitivo.

9.1 Representações de «Brasileiro».

Não era fácil a vida do emigrante no Brasil, segundo o exemplo do relato autobiográfico de Francisco José Leite Lage. O percurso na emigração estava sujeita a circunstancialismos que definiam uma trajectória de emprego ou ocupação que se iniciava em posições de subalternidade, ou trabalhador por contra de outrem, até atingir o negócio pessoal.

O retorno definitivo do brasileiro rico implica o cumprimento de obrigações de natureza filantrópica, de demonstração de nacionalismo, de cultura e urbanidade, com significado social e simbólico.

⁹⁰ ¹dem, *ibidem*

«Em 1861, depois de liquidar todos os meus negócios, entreguei a meu primo Fortunato J. Lima procuração bastante para ele receber os alugueis do meu prédio, e as letras quando se fossem vencendo, e vim para Portugal na companhia de meu primo e expatão João A. de Castro e A. G. Oliveira Guimarães.

Embarcamos no vapor francês Navarre a 25 de Março e chegamos a Lisboa a 15 de Abril. Estivemos no Lagareto 8 dias e desembarcamos no Terreiro do Paço a 22 de Abril. Hospedámo-nos no Pedro Alexandrino na Rua da Bitesga, em frente à praça da Figueira, demorando-nos para ver Lisboa, Sintra, Mafra, etc.»⁹¹

A viagem de regresso de Francisco José Leite Lage é, em si mesma, um quadro de referência do roteiro escolhido, onde surgem os símbolos de nacionalidade e de cultura nacional (Mosteiro de Alcobaça, Mosteiro da Batalha, a pá de Brites de Almeida, a Universidade de Coimbra, as livrarias, o lugar "a quinta da lágrimas onde foi assassinada Inês de Castro", o Jardim Botânico, o Bom Jesus de Braga) necessários à construção de discursos no lugar social de reinstalação.

«No Dia 5 de Junho seguimos para o Porto no caminho de ferro às 8 horas da manhã, passando pelas estações Poço do Bispo, Olivais, Sacavém, Póvoa, Alberca, Alhandra, Vila Franca, Carregado, aonde saímos entrando para um coupé alugado [...]. Saímos no dia 6, às 5 horas da manhã, passando por Vale de Maceira, chegando a Alcobaça às 9 horas onde almoçamos e depois de ver o Mosteiro com vagar seguimos passando por Cumieira, S. Jorge e depois de vermos a pá de ferro da padeira Brites de Almeida de Aljubarrota, fomos ver o mosteiro da Batalha, donde saímos às 5 horas da tarde. [...].

No dia 22, depois de visitarmos a cidade [Guimarães] e a feira que havia nesse dia seguimos de tarde para a nossa freguesia de Cepães, indo eu a acompanhar o meu expatão e primo Castro Leite à sua casa das Nogueiras, e vindo depois para esta casa da Lage, onde encontrei minha mãe e meus irmãos [...].»⁹²

Muitos nunca saíram da condição de empregados ou trabalhadores dependentes, mantendo, ao longo da vida, uma situação socialmente frágil e economicamente dependente. O retorno definitivo constituía, assim, a possibilidade de ocupar, no lugar de origem, um estatuto previamente definido ou negociado com a família e resultante

⁹¹ Relato auto-biográfico de Francisco José Leite Lage, manuscrito, arquivo da Misericórdia

⁹² Idem, ibidem

das estratégias do seu posicionamento social. Estava aqui incluído o seu casamento e, para isso, a compra de bens que o permitisse.

Assim, na vivência e na "sorte" experimentada na condição de emigrante jogava-se o futuro pessoal e familiar.

O trajecto passava pelas condições de saída e pelas condições de chegada. Aí vai iniciar um processo de testagem iniciado com a exibição de cartas de recomendação ou com a ocupação de um emprego, também ele negociado com parentes ou vizinhos anteriormente emigrados.

É o caso de Francisco J. Leite Lage, que indo trabalhar com o irmão, acordam que nenhum deles se reveria nessa condição.

Estamos assim perante solitários da sobrevivência e sobreviventes na solidão. O acordo entre estes dois irmãos, mais do que significar abandono, indicia que, a cada um cabe a demonstração de capacidades e que a ocorrer o insucesso, este não compromete nenhum deles.

Durante o tempo que medeia a demonstração a que todos são obrigados nos caminhos da emigração, ninguém revela a verdadeira situação, nem mesmo os irmãos. Os que vinham à terra de origem estavam impedidos de revelar a condição dos que estavam no Brasil.

Se o emigrante não demonstrou sucesso, a revelação da sua situação de dificuldade ou de declarada pobreza constituía grave perigo, nomeadamente de vida.

Por outro lado, e dada a instabilidade de uma existência emigratória, que dependia da actividade comercial, naturalmente instável, e de trajectos pessoais de difícil avaliação, aquela atitude demonstra a solidariedade de quem vive situação idêntica: sobrevivência em contextos laborais e trajectórias difíceis no lugar de acolhimento; ocorrência de situações de riscos imprevisíveis, como são as de natureza comercial; ocupação em trabalhos e situações de vida penosa e socialmente pouco reconhecidas; ser efectivamente rico, o que corta convivências com "os da terra"; valorização simbólica do retorno como acto de representação social.

Em "Fafe dos «Brasileiros» (1860-1930) Perspectiva Histórica e Patrimonial"⁹³, apresentamos as manifestações materiais, culturais, urbanísticas, industriais ... , expressas nesta localidade e que foram produto da emigração para o Brasil.

Aí, sugerimos que a localização particular desta terra, nomeadamente a da sede do concelho, bem como a dimensão de representação administrativa tradicional, terá influenciado os emigrantes bem sucedidos, na escolha da vila de Fafe, para que aí viessem a edificar as suas casas e construíssem uma vivência própria que reflectisse ainda a representação de si próprios.

Porém, a emigração para o Brasil reflectiu-se em outras explicitações materiais dispersas e menos evidentes pelas trinta e seis freguesias que compõem o actual concelho de Fafe.

Naquela trabalho, mais de levantamento do que de análise, foi possível concluir que, na segunda metade do século XIX e na primeira deste século, existiram um conjunto de iniciativas de construção de edifícios particulares, imóveis de utilidade pública, indústrias, vias de comunicação, equipamentos sociais ... , que foram obra de emigrantes com fortuna bastante para concretizar tais iniciativas.

O acompanhamento do percurso individual de alguns emigrantes evidenciou particularidades que decorreram da diferente "sorte" que cada um experimentou durante a experiência de vida migrante.

Esta personagem é ainda incógnita, o que nos levou ao estudo deste fenómeno de migração concelhia no período de 1834 a 1926.

Conhecer este fenómeno social, económico e cultural local implica a enumeração de algumas daquelas evidências; perceber o quadro geográfico e a evolução histórica e social do concelho de Fafe e da Vila de Fafe, matriz de origem e local de retorno dos que, durante todo o século XIX e primeira metade do XX, emigraram para diferentes destinos e compreender que a migração teve impactes distintos no concelho e na Vila de Fafe, nomeadamente na arquitectura, conforme foram diversos os territórios e áreas de destino.

Se a aplicação da técnica da caiação das paredes exteriores das casas de granito, decorreu da aprendizagem com a migração interna com destino ao Alentejo, nas casas

⁹³ Miguel Monteiro, Fafe dos "Brasileiros" (1869-1930)- Perspectiva Histórica e Patrimonial, Fafe, Ed. Autor, 1991

dos emigrantes do Brasil identificamos tipologias arquitectónicas distintas, conforme os seus proprietários se instalaram numa ou noutra região do Brasil.

A arquitectura das casas dos que emigraram para as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, ou com grande influência destas, é distinta da dos que emigraram para a região de Manaus, havendo, por isso, uma relação directa entre as regiões de destino e tipologia. As primeiras são marcadamente horizontais, com rés-do-chão e primeiro andar e as segundas, são estreitas e altas, com dois ou três andares, isoladas no tecido urbano por um quintal vedado por gradeamento.

Na primeira década do século XX assiste-se à decadência do "Brasileiro" com a inesperada perda de valor no mercado da borracha brasileira, provocada pela concorrência das colónias inglesas asiáticas.

Esta situação de crise é evidenciada com o suicídio de dois ilustres capitalistas "brasileiros" de Fafe: João Alves de Freitas e de Álvaro Monteiro Vieira de Castro, associados a crise económica que então se viveu com o declínio da cotação da borracha.

Em 1915, no Almanaque de Fafe, a crise do Brasil é assumida e pública «No Brasil, acabará a crise da borracha, triunfará o negócio do café e tornará a reverdecer a "árvore das patacas", há tantos anos seca»⁹⁴

Em 9 de Setembro de 1920 , o Jornal "O Desforço", informa os seus leitores que os portugueses são mal tratados e apelidados de Galegos. Mas, a notícia mais desesperada aparece em 1921, com o título " A Fome no Brasil":

«Notícias vindas do Brasil, dão-nos a tristíssima realidade de que nos estados de além mar se atravessa uma gravíssima crise económica, oferecendo-nos assim o doloroso espectáculo de se verem ameaçados o comércio, a indústria e a laboração manual o que acarreta as mais angustiosas dificuldades à vida daquelas regiões.

Sabe-se que de todos os pontos do Brasil os portugueses , nomeadamente as classes operárias, pedem aflitivamente para serem transportadas para a mãe-pátria.

Os poderes superiores devem olhar pressurosamente para esse grito de tortura soltado pelos nossos irmãos que se vêem na contingência de ali morrerem à fome! Mas mais urge os nossos governos proibir imediatamente a emigração dos portugueses para os portos brasileiros, mormente da gente mais pobre.»⁹⁵

⁹⁴ «Almanaque de Fafe», Fafe, 7.º ano, 1915, pp. 6-10

Por sua vez, a depressão económica mundial de 1929, conduzindo à falência dos Bancos e outras instituições financeiras, provocou dificuldades irreparáveis aos capitalistas locais e marcou o fim da importação de capitais do Brasil e do fluxo dos proventos dos que viviam no Brasil, fechando um ciclo de expansão da cidade.

9.1.1 A Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe

A Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, resulta da iniciativa do «Brasileiro» de Fafe, José Ribeiro Vieira de Castro, ao propor a remodelação dos objectivos da Companhia Industrial de Fafe, instalada numa queda de água no rio Ferro, na freguesia de Fafe, que se dedicava à moagem. Em assembleia geral de 15 de Dezembro de 1886, propõe que esta se dedique ao ramo têxtil. Em 17 de Janeiro de 1887 eram aprovados os estatutos da Companhia de Fiação e Tecidos de Fafe, com o capital de duzentos contos.

Depois de constituída a sociedade anónima ficaram a dirigi-la: António Joaquim de Moraes, José Ribeiro Vieira de Castro e João Evangelista da Silva Matos, tendo este último abandonado a direcção em 1890. Em 1897, António Joaquim de Moraes, é substituído por Manuel de Lemos e, por morte de José Ribeiro Vieira de Castro, em 4 de Julho de 1905, Manuel Cardoso Martins, guarda-livros da fábrica desde 1897, sucede-lhe na gerência. Em 1916 entrou para a direcção o sobrinho do fundador José Ribeiro Vieira de Castro.

Ainda no princípio do século a fábrica funda uma creche e lactário com duzentos leitões. Em 1926, abriu uma escola infantil, escola onde, em 1947, seis professores primários ensinavam quatrocentas crianças. À disposição dos trabalhadores havia uma cantina, assistência médica, balneários e dois bairros operários de renda económica, um no lugar do Ferro e outro na freguesia de Antime.

⁹⁵ «O Desforço», Fafe, 23/6/1921

Em 1909, empregava 405 operários e em 1927 é equipada com três turbinas eléctricas. Em 1947 a fábrica dispunha de dezoito mil fusos e setecentos e oitenta e três teares mecânicos e cerca de mil e trezentos operários.⁹⁶

9.1.2 A Fábrica do Bugio

José Florêncio Soares, «Brasileiro» de retorno, depois de construir, em 1860, a sua casa, encontra na sua terra de origem o local de eleição para investir os capitais amealhados no Brasil.

Assim, em 17 de Setembro de 1873, constituiu-se, sob a forma de parceria Mercantil, uma sociedade destinada à montagem e exploração de uma fábrica de fiação, nas margens do rio Bugio. Em 1875, são feitos os primeiros estudos para aproveitamento do rio como força motriz e, 1876, é encomendada à firma Hetherington & Sons, de Manchester, uma turbina e máquinas de fiação, no valor de dez mil e quinhentos réis, tendo sido montada pelo técnico Inglês James Lickfold que ali permaneceu depois como técnico da empresa. Em 1879 inicia o seu funcionamento.

Em 1894 dissolve-se a "Parceria Mercantil", tendo José Florêncio Soares assumido a direcção da "Fábrica do Bugio". Em 1917, passa a designar-se "José Florêncio Soares & Comp. Sucessores", tendo como sócio gerente o Dr. José Summavielle Soares, neto paterno do fundador.

Na exposição Industrial de 1886, os fios desta indústria, que abasteciam o mercado industrial do Porto e Guimarães, são distinguidos com a medalha de prata. A fábrica passa, em 1896, a explorar o ramo da tecelagem, destacando-se nos seus produtos industriais as flanelas, castorinas e cotim Egípto.

Por despacho de 31 de Julho de 1913, é concedido o "título de licença para o estabelecimento duma instalação eléctrica",⁹⁷ destinada à iluminação, sendo então equipada como uma central equipada com duas turbinas no total de 620 cavalos, para

⁹⁶ Bastos, Carlos, *O Algodão no Comércio e na Indústria Portuguesa*, Porto, Grémio Nacional dos Importadores de Algodão em Rama, 1947, pp. 85-87

além de uma máquina a vapor de 400/650 cavalos. A central fornecia energia eléctrica aos concelhos de Fafe e Felgueiras.

Em 1947 dispunha de onze mil e oitocentos fusos, sendo oito mil quatrocentos e oitenta e oito de fiação e três mil trezentos e doze de torcedura, introduzidos após a primeira guerra e, três teares mecânicos, utilizando algodões coloniais e do Egipto, como matéria prima.

Em 1881, possuía cento e sessenta (160) trabalhadores, dos quais cem (100) eram menores, trinta (30) mulheres e vinte um (21) homens, sendo um mestre Em 1909 contava com duzentos e cinquenta (250) operários.

⁹⁷ Título de licença para o estabelecimento duma instalação eléctrica, Ministério do Fomento, Direcção dos serviços Técnicos - 1ª divisão, 31 de Julho de 1913, (arquivo da fábrica do Bugio)

Quadro 47 - Caracterização geral da fábrica do Bugio em 1881 ⁹⁸

capitais		
inicial	fixo	circulante
150:000\$000	50:000\$000	100:000\$000

valor das matérias primas	mão-de-obra e despesas	valor da produção
40:000\$000	5:460\$000	70:000\$000

motores			
vapor	força	hidráulico	força
1	12	1	35

população operária			
mestres-homens	operários- homens	mulheres	menores
1	20	30	100

salários				
mestres-homens	operários	mulheres	menores	TOTAL
3:285	300	130	100	23\$185

9.1.3 A Empresa Têxtil do Rio Ferro

Esta empresa, situada nas margens do rio Ferro, na freguesia de Armil, foi fundada em 9 de Março de 1930, denominada «Vasconcelos & C.^a, L.^{da}», por descendentes do emigrante do Brasil, João Martins Guimarães. Em 20 de Setembro de 1934, passa a ter a denominação de «Empresa Têxtil do Rio Ferro».

Dedicou-se inicialmente à tecelagem com dez teares movidos a vapor, para em 21 de Agosto de 1931 introduzir, como força motriz, a energia eléctrica.

Actualmente esta fábrica funciona ainda sob a gerência dos descendentes do «Brasileiro».

⁹⁸ «Inquérito Industrial Português», Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

9.1.4 O Hospital de São José ou da Misericórdia

A construção do edifício do Hospital de São José ou da Misericórdia, deveu-se aos "Brasileiros": José Florêncio Soares, Luís António Rebelo de Castro, Leonardo Ribeiro de Freitas, Comendador Albino de Oliveira Guimarães, Comendador José António Vieira de Castro, Comendador António Gonçalves Guimarães, estabelecidos na cidade do Rio de Janeiro.

«Foram seus fundadores José Florêncio Soares e outros negociantes estabelecidos no Brasil. A sua receita ordinária é de 829\$772 réis e a extraordinária de 432\$364 réis. A despesa obrigatória é de 776\$472 réis, e a facultativa 3799\$114. Ainda são precisos 16 contos de réis para a conclusão deste estabelecimento de caridade, que nos primeiros três anos já tratou 210 doentes. [...]

Em Janeiro de 1874, faleceu em Lisboa, António Joaquim Vieira Montenegro, que foi rico negociante, no Brasil. Era Natural de Travassós, deste concelho. Deixou ao Hospital de Fafe, 2 dois contos de réis fortes»⁹⁹

A Irmandade de São José ou da Misericórdia foi instituída em 23 de Março de 1862, com a finalidade de administrar este Hospital. A sua construção foi iniciada em 6 de Janeiro de 1859 e, em 19 de Março de 1863, é inaugurada a primeira fase da construção. Este acontecimento foi noticiado no jornal portuense «O Comércio do Porto» do seguinte modo:

«Abre-se Quinta Feira em Fafe a parte do hospital que se acha feita e com capacidade para receber nove doentes. Este estabelecimento de caridade deve-se aos esforços de alguns cavalheiros de Fafe e muito particularmente ao Sr. José Florêncio, que tem sido incansável em promover os meios para levar a efeito um tão útil como humanitário estabelecimento. [...] Na Quinta Feira à noite dá o Sr. Florêncio, distinto cavalheiro de Fafe, um esplêndido baile. A casa do Sr. Florêncio é das mais lindas da Fafe e o salão de baile é magnífico»¹⁰⁰

⁹⁹ Leal, Augusto Soares Barbosa de Pinho, Portugal Antigo e Moderno, Vol. III, Lisboa, Livraria Editora de Matos, Lisboa, 1874, p.133

¹⁰⁰ «O Comércio do Porto», Porto, 21/3/1863

9.1.5 *Asilo da Infância Desvalida*

António Joaquim Vieira Montenegro, natural de Travassós, rico comerciante do Brasil, faleceu em Janeiro de 1874, na cidade de Lisboa, fazendo testamento de 15 300\$000 réis a favor das meninas pobres do concelho e para a construção de uma escola de instrução primária em Travassós, 7.600\$000 réis, sendo testamenteiro José António Martins Guimarães e a Câmara constituída como a administradora.

O Asilo é fundado em 8 de Junho de 1877, sendo os Estatutos de 22 de Maio de 1877 e aprovados em 11 de Junho de 1877. Concebeu o edificio, o Eng. Frederico Augusto Pimentel.

«Em 20 de Março de 1877, José António Martins Guimarães, na qualidade de testamenteiro entregou à Câmara Municipal, trinta e uma inscrições da Junta de Crédito Público no valor nominal de 15.300\$000 réis, cujos números e valores ficam aqui escritos. [...] As mencionadas inscrições foram compradas pelo dito testamenteiro na razão de 48, 50 como comprovou por documento legal.»¹⁰¹ Os mesmos valores aparecem escriturados no livro da Fafe «Conta corrente de receita e despesa com o Asilo de Montenegro».

Quadro 48 - Proveniência das receitas do Asilo de Montenegro

Proveniência de receitas ¹⁰²

¹⁰¹ Livro da «Descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e Escola em Travassós», 20 de Dezembro de 1886. (Arquivo municipal). Tem, este livro, escritas, além do termo de abertura, as pp. 1 e 2 e p. 20, num total de 48 folhas abertas, abertas e pelo Presidente da Câmara José António Vieira de Castro, que assina os termos de abertura e de fecho, constando do de abertura que «este livro tem de servir para a inscrição do capital do asilo e escola na freguesia de Travassós, legado pelo benemérito António Joaquim de Montenegro.», Arquivo Municipal de Fafe

¹⁰² Livro da conta corrente da receita e despesa com o Asilo de Montelongo, Arquivo Municipal de Fafe.

-produto liquidado no inventário,
-juros de dinheiro depositado,
-juros das inscrições,
-juros do capital de 15.000\$000,
-produto de custas pagas pelo Hospital desta vila em que foi condenado na relação,
-donativos,
-quotas lançadas às Irmandades e Confrarias para actos de beneficência aplicadas pelo Governador Civil,
-caixa de esmolos,
-esmolas recolhidas nas freguesias,
-legados,
-subscrições feitas no Rio de Janeiro,
-juros da apólice do Brasil,
-comissão encarregada de obter donativos para as irmandades aplicados por sua Majestade a Rainha ao Asilo,
-quotas lançadas para actos de beneficência à confraria do Santíssimo Sacramento de Fafe mandadas aplicar pelo Governador civil,
-produto do trabalho das asiladas,

Através do cumprimento do que se referia a Portaria do Ministério Público de 12 de Junho de 1876, «questionário às Instituições de Beneficência», podemos conhecer a sua situação financeira e o número de utentes, no ano económico de 1876-77, conforme o quadro apresentado a seguir.

Quadro 49 - questionário às instituições de beneficência- Portaria de 12/6/1876¹⁰³

fundos	Valor nominal dos títulos de dívida pública, de outras provenientes Valor de imóveis que possuir para desempenho dos deveres da instituição, e, por esse motivo, isentos da desamortização	15:30 0\$000 200\$000
Contas da gerência	Receitas: de título de dívida pública (4 últimos semestres) de juros de capitais mútuos de esmolas Total Despesas: com a reparação e manutenção do edificio com a beneficência Total	918\$000 132\$315 915\$318 5:718\$931 4:543\$325 337\$806 4:881\$131
Recolhidos em 1/4/1877	do sexo feminino	6 (seis)
Admitidos em 1876-77	do sexo feminino	6 (seis)
Existentes em 1877	do sexo feminino	6 (seis)

Em carta timbrada, dirigida ao presidente da Câmara de Fafe, José António Vieira de Castro, a Casa Importadora de Ferro - de Guimarães, Fontes & C. (Sucessores de Guimarães, Fontes, Soares & C. - Rua de S. Paulo 49 e 51 - Rio de Janeiro), datada de 19 de Abril de 1888, a Câmara é informada de ser credora da dita firma na importância de 110\$000 réis, enviando a 1ª via de saque Nº 57021 da agência do Banco do Comércio e Indústria do Porto, contra a agência do mesmo banco na vila de Fafe, do valor de 49\$110 réis, fortes, que no câmbio de 224 % custou 110\$000 réis fracos, sendo averbada a apólice ao "Asilo Montenegro de Fafe".¹⁰⁴

Para que se construa a ideia do montante do legado do «Brasileiro», António Joaquim Vieira Montenegro (no valor de 15: 300\$000), bem como da importância desta instituição, no momento da sua fundação, comparamos o valor da receita e despesa desta instituição nos anos de 1876-77, com as mesmas rubricas do orçamento da Câmara Municipal, para os anos de 1876-77 e 1877-78, concluindo-se que os valores

¹⁰³ Questionário às Instituições de Beneficência», no ano económico de 1876-77, segundo a Portaria do Ministério Público, de 12 de Junho de 1876, (Arquivo Municipal de Fafe)

¹⁰⁴ Documento anexo ao livro da «Descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e Escola em Travassós», 20 de Dezembro de 1886, (Arquivo Municipal de Fafe)

geridos por esta instituição se aproximavam dos que eram orçamentados pela Câmara Municipal.

**Quadro 50 - comparativo dos orçamentos do Asilo (1876-77)
e da Câmara em (1876-77 e 1877-78) ¹⁰⁵**

	RECEITAS	DESPESAS
Asilo de Montenegro- 1876-77 ¹⁰⁶	5:718\$931	4:881\$131
Câmara - 1876-77 ¹⁰⁷	9:790\$571	9:790\$571
Câmara - 1877-78 ¹⁰⁸	5:718\$931	6:510\$933

Quadro 51 - Contada receita e despesa com o asilo de meninas pobres da Vila de Fafe durante o ano económico de 1876 a 1877:

RECEITAS	parcial	total	DESPESAS	total
Recebido do testamento para obras do asilo		3:953\$218	Dispendio:	
Recebido dos Juros das inscrições vendidas no 2º semestre de 1875, 1º e 2º de 1876, e 1º de 1877		918\$000	-com a planta para o asilo	30\$000
Recebido dos juros vencidos de parte do dinheiro depositado no Banco de Guimarães		132\$315	-com a compra do terreno	450\$000
			-com a construção da casa	4:066\$025
			-com custas do inventário	41\$630
			-com direitos de transmissão	
			-com mobília.	124\$326
			-com géneros alimentícios para as asiladas	145\$950
			-com serragem de madeiras	13\$390
			-com vencimentos de pessoal	3\$560
				6\$250

				4:881\$131
Donativos a Favor do asilo, a saber:				
-De José Pinto de Saldanha e Castro	15\$000			
- "António da Silva e Castro e filho				
- " D. Rita de Sousa Raivoso	20\$000			
- "Comendador Fortunato de Freitas e Castro				
- "José Ribeiro de Freitas	50\$000			
-Aplicado pelo Ex. mo Governador Civil, das somas depositadas para actos de beneficência	400\$000			
	50\$000			

		535\$000		
		180\$000		

		5:718\$931		
			SALDO: que passa a nova conta- oitocentos trinta e sete mil e oitocentos réis	837\$800

				5:718\$931

Fafe em câmara de 16 de Julho de 1876

Presidente: José António Vieira de Castro. Vereadores: José António da Costa Magalhães; António José de Bastos Azevedos, Joaquim Alves Pereira de Sousa; Manuel

¹⁰⁵ 100 réis = 10 centavos = 1 tostão. Cem réis escreve-se 0\$100, dez mil réis, 10\$000.

¹⁰⁶ Documento anexo ao livro da «Descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e escola em Travassós», 20 de Dezembro de 1886, (Arquivo Municipal de Fafe)

¹⁰⁷ Livro de actas da Câmara, nº 11, p.60

¹⁰⁸ Livro de actas da Câmara, nº 11, p.88

da Silva Peixoto; Fortunato de Carvalho; José Vicente de Oliveira. Tesoureiro: António Teixeira e Castro»¹⁰⁹

Quadro 52 - Conta da receita e despesa com a aula de instrução primária na freguesia de Travassós durante o ano económico de 1876 a 1877

RECEITA	total	DESPESA	total
Recebido do testamento para obras da aula	2:001\$000	Dispendido coma planta da aula	20\$000
		Dispendido com a construção da mesma	1:350\$000
		Dispendido com custas do inventário	24\$000
Recebido do Juro das inscrições, vendidas no 2º semestre de 1875, 1º e 2º de 1876, e 1º de 1877	456\$000	Dispendido com direitos de transmissão	62\$162
		Dispendido com anúncios para concurso de professor	
		Dispendido com hospedagem d'um examinador	11\$675
		Dispendido com escritura paga, dada ao testamenteiro	5\$740
		Dispendido com mobília e utensílios	
		Dispendido com ordenado ao professor	1\$615
			171\$930
			16\$665
		SALDO	-----
	2:457\$360		1:664\$002
		Dinheiro que passa a nova conta - sete centos noventa e três mil trezentos cinquenta e oito réis	
			793\$358

Fafe em câmara de 16 de Julho de 1876

Presidente: José António Vieira de Castro. Vereadores: José António da Costa Magalhães; António José de Bastos Azevedo, Joaquim Alves Pereira de Sousa; Manuel da Silva Peixoto; Fortunato de Carvalho; José Vicente de Oliveira. Tesoureiro: António Teixeira e Castro»¹¹⁰

9.1.6 Igreja Nova de São José

No centro da cidade existiu uma capela votiva a Santa Luzia, demolida em 1907 para se proceder à abertura da Avenida 5 de Outubro. A última festividade realizou-se

¹⁰⁹ Documento anexo ao livro da «Descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e escola em Travassós», 20 de Dezembro de 1886, (Arquivo Municipal de Fafe)

¹¹⁰ Contada receita e despesa com a aula de instrução primária na freguesia de Travassós durante o ano económico de 1876 a 1877: Documento anexo ao livro da «Descrição do Património Pertença do Asilo das Meninas Pobres e Escola em Travassós», 20 de Dezembro de 1886, (Arquivo Municipal de Fafe)

nesta data por iniciativa da família Azevedo, sendo nesse dia a imagem transportada para a Igreja Matriz onde ficou exposta à veneração dos fiéis.¹¹¹

A Igreja Nova de São José é a segunda mais importante da freguesia de Fafe, cuja construção foi iniciada em 1895, por iniciativa de emigrantes "brasileiros" e concluída em 11 de Junho de 1961.

O facto de, já em 1910, as obras se encontrarem paradas, leva-nos a concluir das dificuldades económicas que os nossos emigrantes sentiram no Brasil na primeira década do século XX, dado os apelos que então se faziam na imprensa local à comunidade emigrante.¹¹²

Em 1908, a imprensa continua a fazer apelos à filantropia:

«Comendador Pereira de Sousa, natural da freguesia de Cepães, deste concelho e residente na grande e progressiva cidade fluminense onde é sócio da importante e florescente casa da firma - Sucena & C.^a. Chegou no dia 8 a Lisboa, seguindo de imediato para Águeda, acompanhado do seu sócio o Sr. Conde de Sucena. Á hora que este jornal circula, talvez já tenha chegado ou esteja a prestes a chegar à sua aldeia natal, o nosso prezado concidadão. Depois de visitar Cepães e Fafe, seguirá para Vitell (França) - a uso das águas medicinais. O Sr. Comendador Pereira de Sousa é um grande benemérito da sua freguesia. E, como é um dos portugueses em preponderância no Brasil, também podia ser um benemérito desta vila. Temos essa importante obra da Igreja Nova por concluir. Uma subscrição a valer, no Rio, daria bem para a rematar. Saudando o valoroso conterrâneo, chamamos a sua atenção para isso.»¹¹³.

9.1.7 O Passeio Público

O mais antigo jardim de Fafe, provavelmente do século XVIII, situa-se na cerca da Casa do Santo Velho.

¹¹¹ «Povo de Fafe», Fafe, 31/7/1907.

¹¹² Monteiro, Miguel, Fafe dos Brasileiros (1860-1930) Perspectiva Histórica e Patrimonial, Fafe, 1991, p. 122-124

¹¹³ «O Desforço», Fafe, 16/4/1908

Com o surgimento de uma burguesia, o Passeio Público do século XIX, passa a constituir o lugar de encontro e ócio, cumprindo uma função ideológica e simbólica dos que o frequentavam.

Em tempo de romantismo tardio, Fafe vê surgir o seu Passeio Público, à imagem de outros que preencheram as cidades portuguesas, seguindo paradigmas de outros espaços semelhantes, nomeadamente o passeio Público de Braga e de Guimarães, cujas características fundamentais eram ser vedados com guardas de ferro fundido, possuir arvoredos não autóctones e um lago, recreando-se ambientes de exotismo naturalista.

No de Fafe surge assim um lago com uma ponte, um pequeno barco comprado na Póvoa do Varzim, um coreto e as necessárias árvores importadas, recreando-se o ambiente romântico.

Em 1889, é presente em reunião de câmara «um projecto de Passeio Público e Jardim no local denominado Calvário, bem como o respectivo orçamento, cuja importância total é de 6400\$000, sendo para expropriação a fazer, fora regularização do mesmo local, 1320\$000 réis, e para obras de arte e outras 5080\$000 réis». ¹¹⁴ A Câmara só tinha a pagar as expropriações, para o que havia recursos no orçamento.

Em 1892 é inaugurado em sessão pública da Câmara Municipal convocada expressamente com esse fim e simultaneamente «agradecer ao Ex. mo Comendador Albino de Oliveira Guimarães, os valiosos serviços que prestara ao Município para a construção do mesmo jardim, propondo, por isso, [...] se exarasse na acta um voto de louvor àquele cavalheiro pelo grande melhoramento público que promovera, devendo isso ser transmitido para Lisboa»¹¹⁵

¹¹⁴ Deliberação municipal, Livro n.º14, de 11/11/1889

¹¹⁵ Deliberação municipal, Livro n.º14, de 26/12/1892